

**1ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA REGIONAL DE GRADUAÇÃO DA
2UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, REGIONAL JATAÍ, REALIZADA NO DIA 09
3DO MÊS DE MARÇO DE 2016.** Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às
4quatorze horas, no Anfiteatro Inferior da Central de Aulas I – Cidade Universitária José Cruciano
5de Araújo, reuniram-se os Coordenadores dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de
6Goiás - Regional Jataí e os demais membros, sob a presidência da Coordenadora de Graduação,
7Professora Sandra Aparecida Benite Ribeiro, em atendimento à Convocação nº. 02/2016,
8previamente expedida. Na oportunidade, compareceram os seguintes conselheiros: Darly
9Geraldo de Sena Júnior (Agronomia), Wagner Gouvêa dos Santos (representando o Prof. Cleber
10Douglas Lucinio Ramos – Biomedicina), Christiano Peres Coelho (Ciências Biológicas), Thiago
11Borges de Oliveira (Ciências da Computação, CGA), André Felipe Soares de Arruda (Direito),
12Denis Souza de Moraes (Educação Física), Chaysther de Andrade Lopes (Educação Física),
13Giulena Rosa Leite (Enfermagem), Daniela Pereira Dias (Engenharia Florestal), Paulo Freitas
14Gomes (Física), Allison Gustavo Braz (Fisioterapia), Hildeu Ferreira da Assunção (Geografia),
15Ana Loryn Soares e Sandra Nara da Silva Novais (História), Marcio Issamu Yamamoto (Letras -
16Inglês), Vanessa Regina Duarte Xavier (Letras – Português), Fernando Ricardo Moreira
17(Matемática), Henrique Trevizoli Ferraz (Medicina Veterinária), Érico Douglas Vieira
18(Psicologia), Rosemara Perpétua Lopes (Pedagogia), Fábio Luiz Paranhos Costa (Química),
19Wesley Fernandes Vaz (Química), Karina Ludovico de Almeida (Zootecnia), Luismar de
20Carvalho Júnior (Biblioteca) e Ana Carolina Gondim Inocência (Seccional do Centro de Gestão
21Acadêmica). Verificado o quórum regimental, a presidente declarou abertos os trabalhos e
22informou que a retirada do oitavo ponto de pauta, tendo em vista a ausência do responsável pelo
23o SiDS e Sisrepro, o Assistente em Administração, Tairone Honório de Freitas que foi convocado
24para comparecer ao Hospital de Bauru para fazer exames de rotina em seu implante auditivo. E
25propôs a inclusão de um ponto de pauta pedido pela Coordenadora da Seccional do Centro de
26Gestão Acadêmica. Posto em votação, os conselheiros aprovaram a substituição dos pontos de
27pauta. A reunião transcorreu da seguinte forma: **1. Informes.** A Técnica em Assuntos
28Educaçãoais, Cristhiane Assis, comunicou que o cadastro de novos Núcleos Livres passou a ser
29responsabilidade da COGRAD e que os formulários juntamente com as certidões de atas de
30aprovação pelas Unidades Acadêmicas devem ser encaminhados, até o dia 07/04/2016, para
31cadastramento no SIGAA. Solicitou que os pedidos sejam enviados o mais breve possível para
32garantir o cadastramento até a data estipulada para a oferta, uma vez que esse trabalho é feito
33exclusivamente por ela. O Prof. Christiano informou que a proposta da Regional Jataí foi
34selecionada para participar da Operação “Forte dos Reis Magos”, Projeto Rondon, que ocorrerá
35no período de 8 a 24 de julho de 2016, no Estado do Rio Grande do Norte, correspondendo à
36oitava vez de participação da REJ nas ações. Informou também que os discentes e docentes da
37Regional Jataí irão para o município de Serra Negra, localizado na região do Seridó Ocidental,
38cujo o clima é semiárido, tendo a caatinga como vegetação predominante. O grupo desenvolverá
39ações no chamado Conjunto B, que envolve comunicação, tecnologia e produção, meio ambiente
40e trabalho. Durante o mês de março serão realizadas as viagens precursoras e o encaminhamento
41de documentos, após essa etapa os discentes participantes serão selecionados. Conclui dizendo
42que os alunos interessados em participar da edição 2016 do Projeto Rondon deverão seguir as
43orientações constantes no documento disponível no site da UFG-REJ e que as inscrições deverão
44ser feitas no período de 10 a 17 de março. Em seguida, a Prof. Vanessa relatou que as vagas para
45docente da disciplina de LIBRAS foram preenchidas, que as contratações dos aprovados estão
46sendo efetivadas e solicitou aos coordenadores que enviem os seus pedidos de oferta de LIBRAS
47com o número de vagas e horários à Coordenação de Letas – Português. **2. Ata da reunião do
48dia 17/02/2016:** A presidente colocou a referida ata em discussão. Solicitou que a palavra
49“político”, constante na linha 48 fosse retirada e a fala do Prof. Fabiano, linha 65, fosse
50acrescentada: O curso que estiver em processo de construção do PPC deve consultar,
51previamente, a Unidade Acadêmica responsável pela oferta para análises e sugestões. Posto em
52votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. **3. Processos analisados pela Comissão de
53Exclusão:** O Prof. Fernando relatou os pareceres dos seguintes processos: 23070.002273/2016-

5436 de interesse da aluna Vanessa Natalia Moreira Correa; 23070.002218/2016-46 de interesse da
55aluna Bruna Lorena de Melo Silva; 23070.002041/2016-88 de interesse de Bruno de Ávila
56Teixeira e 23070.002152/2016-94 de interesse da aluna Lyrian Martins Ferreira. Após a leitura
57dos pareceres e discussões, os pareceres foram aprovados com os seguintes registros de votos: 24
58favoráveis e 1 abstenção; 20 favoráveis e 5 abstenções; 14 favoráveis, 1 contrário e 7 abstenções,
59respectivamente. O processo de 23070.002152/2016-94 de interesse da aluna Lyrian Martins
60Ferreira foi pedido vistas pela Prof^a. Ana Carolina Gondim Inocêncio, pois houve um conflito
61entre a justificativa da aluna e a argumentação da comissão de exclusão. Segundo a referida
62aluna, ela havia efetuado matrícula em duas disciplinas anuais em 2015/1, porém devido a um
63erro no SIGAA estas disciplinas foram excluídas do histórico da aluna, o que ocasionou a sua
64exclusão. E, conforme análise da comissão de exclusão, não havia documentos que
65comprovassem a prévia matrícula. Sendo assim, a Prof^a Ana Carolina pediu vistas ao processo,
66com o intuito de checar no sistema acadêmico a confirmação dos fatos para que o processo
67pudesse ser melhor analisado. O Prof. Denis sugeriu a criação de critérios para análises dos
68processos de exclusão tendo em vista que as análises estão sendo subjetivas. O Prof. Fernando,
69membro da Comissão de Exclusão se comprometeu em analisar e criar os critérios e também
70reafirmou a necessidade de constar no SIGAA o disposto no parágrafo 1º, art. 70, da Resolução
71CEPEC N°. 1122/2012: “Cada trancamento terá a validade de apenas um semestre letivo”, uma
72vez que os discentes, na maioria dos processos, alegam o desconhecimento deste artigo. O Prof.
73Alisson solicitou que o Setor de Protocolo exija toda documentação comprobatória na autuação
74de todos os processos.

**4. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Química –
75Licenciatura:** A Prof. Sandra procedeu à leitura do parecer emitido pelo Coordenador de
76Currículo e Avaliação da PROGRAD que solicita a aprovação na Câmara Regional de
77Graduação de Jataí, uma vez que o mesmo já foi aprovado pela referida equipe. Posto em
78discussão e em votação, o PPC foi aprovado com o registro de 1 abstenção.

**5. Apresentação dos
79critérios para divisão de bolsa monitoria e edital 2016/1.** A coordenadora de Monitoria da
80REJ, prof.^a Alana, informou acerca da redução de bolsas de monitoria no ano de 2016 que
81passaram de 110 para 100 devido à falta de repasse de verbas pelo MEC. Em seguida destacou
82que a partir do primeiro semestre de 2016 as bolsas passarão a ser divididas por Unidades
83Acadêmicas de acordo com os critérios e pesos relativos em porcentagem a seguir: carga horária
84ministrada (35%), número de alunos (35%), taxa de reprovação (20%) e número de monitores
85voluntários (10%). Utilizando os dados de 2014/2 e 2015/1 a distribuição das bolsas por Unidade
86Acadêmica Especial foi: CIAGRA (16), Saúde (21), Exatas (19), Ciências Biológicas (13) e
87Humanas (31). A Professora ressaltou que no caso da antiga ILCHSA, como o processo de
88separação estava em andamento, a Comissão considerou a antiga formação, mas os dados das
89planilhas servirão de subsídio para a divisão por cada nova Unidade Acadêmica. Os critérios
90foram discutidos e respondidos os questionamentos, os Conselheiros sugeriram que fosse dado
91maior peso para a taxa de reprovação. Sugeriram ainda que fosse feita a validação deste índice
92por meio dos dados de retenção fornecidos pelas Unidades Acadêmicas. A coordenadora
93também informou que as planilhas foram encaminhadas para os Coordenadores de Monitoria das
94Unidades Acadêmicas que as repassarão para os Cursos, a fim de que os mesmos critérios usados
95pela Comissão possam ser utilizados para a divisão interna das bolsas, respeitando-se as
96particularidades. Em seguida foi passado o calendário de seleção de monitores bolsistas e
97voluntários para 2016/1, compreendendo o período de 18 de abril a 17 de maio de 2017 para
98todo o processo de divulgação e seleção dos mesmos. A Coordenadora de monitoria afirmou
99ainda que é importante que os prazos apresentados sejam cumpridos, a fim de que o monitor
100possa dar início às atividades o quanto antes. Não havendo cumprimento dos prazos pelas
101Unidades Acadêmicas ou pelas Coordenações de Cursos, as bolsas serão redistribuídas conforme
102estará previsto em Edital. Após colocações dos conselheiros a fala foi encerrada com a sugestão
103de que quando possível, as vagas sejam abertas por áreas correlatas ao invés de disciplinas, para
104permitir a recondução do aluno monitor no segundo semestre letivo.

**6. Apresentação das
105atividades/atribuições dos Coordenadores de Curso e Secretários de Curso e Unidades
106Acadêmicas e 7. Capacitação para secretários:** tais pontos foram retirados devido ao horário

107avançado, ficando estabelecida a realização de uma reunião extraordinária no dia 30 para discuti-
108los. **8. SCGA: CPC e Processos de colação de grau** . A Prof^a Ana Carolina comentou sobre a
109apresentação do Conceito Preliminar de Curso (CPC), feita em Goiânia pelo Prof. Leandro. Esta
110apresentação teve como principal objetivo demonstrar uma análise acerca do CPC dos cursos da
111UFG nos últimos 3 anos (2008,2011 e 2014). Pela análise apresentada, o CPC dos cursos de Jataí
112vêm aumentando desde 2008, fato este que foi muito elogiado pelo Prof. Leandro. Este aumento
113é maior nos cursos de Licenciatura que, segundo fala da Profa. Sandra Benite, pode ser resultado
114do trabalho realizado com o PIBID e também do trabalho de conscientização sobre o ENADE,
115feito pela Profa. Eliana, durante a última gestão. Após a apresentação Conceito Preliminar de
116Curso, a Profa. Ana Carolina apresentou o novo processo de formandos, que a partir deste
117semestre será feito por meio de um único processo que, para as colações 1/2016 as coordenações
118de curso deverão encaminhar os mesmos ao SCGA até o dia 30 de abril. Em seguida, informou
119as datas de colação de grau para 2016/1 e 2016/2, que ficaram da seguinte forma: Para 2016/1 –
120**13/10/2016** (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Estudos Geográficos),
121**14/10/2016** (Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Letras e Humanas); para
1222016/2 – **18/04/2017** (Ciências Agrárias - Agronomia e Medicina Veterinária), **19/04/2017**
123(Ciências Agrárias - Engenharia Florestal e Zootecnia; Educação – Pedagogia), **20/04/2017**
124(Ciências da Saúde - Biomedicina e Fisioterapia; Estudos Geográficos – Geografia), **26/04/2017**
125(Ciências da Saúde - Educação Física e Enfermagem; Ciências Exatas - Ciências da
126Computação, Física, Matemática, Química), **27/04/2017** (Letras e Humanas - História, Letras e
127Psicologia), **28/04/2017** (Ciências Biológicas - Ciências Biológicas; Ciências Sociais Aplicadas -
128Direito); após apresentação a Prof^a Sandra Benite solicitou a votação das datas, tendo sido
129aprovadas por todos os presentes. **9. Outros assuntos:** A presidente informou que devido a troca
130de Coordenadores de Curso faz-se necessário a nomeação de membros para integrarem a
131Comissões de PPC e de Exclusão, bem como para a Comissão de Análise de Recurso, por ter
132apenas um único membro e, também, para a Câmara Superior de Graduação. Posto em
133discussão, foram indicados os seguintes representantes à: Comissão de PPC - Professora Sandra
134Nara da Silva Novais, em substituição ao Professor Raimundo Agnelo Soares Pessoa; Comissão
135de Exclusão – Professora Vanessa Regina Duarte Xavier, em substituição à Professora Eva
136Aparecida de Oliveira; Comissão de Análise de Recurso – Professor Paulo Freitas Gomes;
137Câmara Superior de Graduação – Professora Ana Loryn Soares (titular), em substituição ao
138Professor Raimundo Agnelo Soares Pessoa, e a Professora Rosemara Pérpetua Lopes (suplente),
139em substituição à Professora Eva Aparecida de Oliveira. Posto em votação, as nomeações foram
140aprovadas por unanimidade. O Professor André informou que tanto ele quanto as Professoras
141Carla e Carolina do Curso de Direito, e a Professora Thaís do Curso de Fisioterapia da UFG/REJ,
142além de diversos estudantes receberam intimações para prestarem depoimentos na qualidade de
143“testemunhas” sobre os fatos ocorridos no “catraço” no RU em meados do ano passado em um
144processo de sindicância determinado pela reitoria a pedido da direção da regional à época dos
145fatos. Apontou que foi contatado naquele dia pelo Professor Alisson que lhe informou sobre a
146ação estudantil e a chegada da Polícia Militar ao Campus, e que assim que ficou sabendo do
147ocorrido, e a Professora Carolina vieram para a universidade e tentaram a todo custo dissuadir a
148polícia de algemar e conduzir os estudantes ao DP. Comentou que ficou muito receoso com a
149truculência policial e, principalmente o modo como eles não se resignaram com a intervenção
150naquela negociação pela Professora Carolina. Apontou que os policiais claramente não queriam
151que uma mulher interviesse naquela situação. Esclarece que o Diretor da Regional somente
152apareceu depois que ele insistiu por sua presença, após tentar contatar o Professor Alessandro
153(Vice-Diretor) e o técnico administrativo Ricardo (Gestor de Contratos) por telefone. Afirmou
154que o diretor não queria intermediar a ação estudantil e a repressão policial, tendo inclusive
155afirmado que os estudantes deveriam ser levados para a delegacia e resolver o problema lá. O
156Professor André insistiu que tal fato não se tratava da prática de qualquer ato criminoso, mas
157apenas administrativo, quicá político, e que seria constrangedor para a universidade que
158estudantes saíssem algemados em camburões em razão da falta de diálogo entre eles e a direção
159da regional. Apontou que, ao final, os estudantes pagaram por seus almoços, receberam um

160recibo de pagamento e, assim, os policiais se retiraram de dentro do RU. Afirmou que ficou
161surpreso, vez que fora intimado na qualidade de testemunha, e percebeu, ao tomar conhecimento
162do processo de sindicância, que a denúncia trazia uma argumentação que questionava não o fato
163em si (o “catraço”), mas tão somente as condutas dos professores intimados. Afirmou que
164constavam nos autos algumas imagens sua e de sua esposa, Professora Carolina. Percebeu que
165tais imagens foram tiradas ilegalmente, sem qualquer autorização, durante seus diálogos com a
166polícia, com o Diretor Wagner e com os responsáveis pela administração do RU. Tais imagens
167estavam circuladas indicando referidos professores, e que por tal motivo se sentiu constrangido,
168haja vista que tal situação se assemelharia às práticas dos regimes totalitários, como, por
169exemplo, o estado nazista alemão. Assim, com tudo isso, não consegue compreender os motivos
170de tal construção de argumentos uma vez que, em primeiro lugar estes professores não haviam
171atuado como advogados, mas tão somente como professores desta universidade que dissuadiram
172as autoridades policiais de conduzirem coercitivamente os estudantes à delegacia. Segundo que
173tanto ele Professor André, quanto a professora Carolina, são advogados devidamente habilitados
174ao exercício da advocacia, sendo apenas vedado o exercício remunerado desta atividade
175profissional em razão de seus vínculos em DE para com a UFG. Apontou que a Lei Federal que
176regulamenta o exercício da advocacia permite que tais profissionais a exerçam “pro bono” (de
177graça) à população carente e a movimentos sociais. Repetiu que não atuaram como advogados,
178apenas como professores, mas que, ainda que assim fosse, não haveria qualquer impedimento,
179assim como fazem diversos professores da universidade que mantêm convênio e fomentos com a
180iniciativa privada, que custeiam seus trabalhos e pesquisas. O professor esclareceu que foi
181impedido de ter acesso ao processo, e que, como advogado apontou a garantia constitucional do
182livre acesso aos autos quando figura como interessado. Afirmou que os membros que conduzem
183o processo de sindicância foram extremamente gentis, mas que, ao negarem o pleno acesso, só o
184permitindo cinco minutos antes de seu depoimento, desrespeitaram estas garantias. Aponta que
185não podemos tolerar que divergências sejam conduzidas pela via do autoritarismo, não pela via
186do diálogo e consenso, e que fica muito triste com a condução de tais questões pela via
187processual. Afirmou que tomará as devidas providências contra tais arbitrariedades,
188constrangimentos e devassa de sua vida particular com a exibição de sua imagem e de sua esposa
189como se fossem criminosos. Agradeceu por fim a todas e todos por estes quase dois anos de
190aprendizado e convivência. Afirmou que aprendeu muito sobre gestão pública compartilhada
191naquele espaço, e que, por fim, o Professor Carlos assumirá a coordenação do Curso de Direito
192após seu afastamento para qualificação. Considerando o encerramento da pauta, a presidente
193agradeceu a presença e participação de todos, declarando encerrada a sessão, da qual, para
194constar, eu, Lázara Cristhiane de Assis Santana, lavrei a presente ata que, lida e considerada
195conforme, seguirá assinada pela presidente dos trabalhos e pelos conselheiros presentes à sua
196discussão e votação.